



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt na RECLAMAÇÃO Nº 41946 - PR (2021/0194887-9)

RELATOR : MINISTRO MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF-5ª REGIÃO)
AGRAVANTE : ROSICLER VEIGEL
ADVOGADOS : DANIEL WUNDER HACHEM - PR050558
FELIPE KLEIN GUSSOLI - PR075081
LUZARDO FARIA - PR086431
AGRAVADO : UNIÃO
INTERES. : JUIZ FEDERAL DA 1A VARA DE CURITIBA - SJ/PR

DECISÃO

Cuida-se de pedido de reconsideração apresentado por ROSICLER VEIGEL, com relação à decisão proferida às fls. 101-105 pelo Superior Tribunal de Justiça, por meio da qual foi concedida a tutela provisória para suspender a decisão reclamada.

Assim se pronunciou o ministro relator do Superior Tribunal de Justiça na decisão agravada (fls. 847-854):

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. SUSPENSÃO, PELO JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA, DE ATO EMANADO DE MINISTRO DE ESTADO, AUTORIDADE SUJEITA, EM MANDADO DE SEGURANÇA, A JULGAMENTO PERANTE O STJ. INTELIGÊNCIA DO ART. 1º, § 1º, DA LEI 8.437/1992. POTENCIAL USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. RESSALVA DE ENTENDIMENTO PESSOAL QUANTO AO TEMA. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA.

[...]

13. Constata-se, na presente demanda, que foi proferida medida liminar proferida pelo magistrado de primeiro grau em sede de ação de procedimento comum, destinada a desconstituir a cassação de aposentadoria que pesa em desfavor do autor da ação. A tutela liminar concedida na citada ação ordinária suspendeu a conclusão demissória em PAD, esta materializada por ato de Ministro de Estado.

14. Logo, revela-se plausível e relevante a alegação de usurpação da competência, na medida em que a decisão reclamada concede tutela de urgência em ação ordinária que impugna ato administrativo emanado de Ministro de Estado, cuja competência, para apreciação na via do mandado de segurança, é originária do Superior Tribunal de Justiça.

15. O caso dos autos, a uma primeira vista, amolda-se à situação processual relatada no julgado em referência, razão pela qual a tutela provisória deve ser concedida.

16. Mercê do exposto, concede-se a tutela provisória para suspender a decisão reclamada, até julgamento final da presente reclamação ou deliberação ulterior, sem qualquer antecipação quanto ao mérito da demanda.

Requer, ao final que (fl. 123):

Por fim, considerando que se trata de pedido de reconsideração de decisão que sustou o pagamento dos proventos de aposentadoria da agravante, justifica-se a urgência do pedido de reconsideração a ponto de ser decidida em regime de plantão durante o recesso judiciário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

No caso em epígrafe, percebe-se a probabilidade de negativa de provimento do agravo interposto diante da fundamentação apresentada na decisão impugnada que concedeu a tutela provisória, o que leva à conclusão de ausência de fumaça do bom direito para a concessão da tutela de urgência para reconsiderar a decisão questionada.

Por outro lado, também não há demonstração do *periculum in mora*, não tendo o requerente desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de reconsideração da decisão impugnada, que justifique a atuação em regime de plantão.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte precedente jurisprudencial:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TUTELA DE URGÊNCIA - PRETENSÃO VOLTADA À ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, A SER REMETIDO A ESTA CORTE NA FORMA DE ARESP - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA - AUSENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E DECISÃO TERATOLÓGICA OU CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - FORTE PROBABILIDADE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERENTES.

1. A concessão da medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à

demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.

2. A probabilidade de negativa de seguimento do recurso especial demonstra a ausência do fumus boni iuris, requisito imprescindível ao deferimento da tutela de urgência.

3. Não se tratando de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência desta Corte, bem assim ausente a demonstração da plausibilidade do direito invocado, requisito imprescindível ao cabimento da pretensão cautelar, impõe-se o seu indeferimento.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl na Pet n. 11.773/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 17/ 8/2017, grifo meu.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de reconsideração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente